

jornal

JULHO 2024

Federação Nacional da Educação



JUNTOS

PELO FUTURO
DA EDUCAÇÃO



INCLUI SUPLEMENTO
#CONSEGUIMOS



WWW.FNE.PT



ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 33

AÇÃO SINDICAL

34 - 39

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

40 - 41

INTERNACIONAL

42

SAÚDE

43

+VANTAGENS FNE



EDITORIAL



Um balanço feito com a esperança de um futuro melhor e o reconhecimento do nosso papel

No final do ano letivo de 2023/2024, enquanto Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação (FNE), tenho o dever de fazer um balanço da ação sindical realizada e de o partilhar com todos vós. Foi um ano marcado por desafios, conquistas e, acima de tudo, pela resiliência e dedicação de todos os profissionais da educação.

Entramos no ano letivo com expectativas de poder voltar a ter um bom ambiente escolar, no entanto, a realidade teimou em apresentar velhos problemas e novos desafios: o impacto persistente da falta de recursos humanos e a luta por melhores condições de trabalho nas escolas.

Foi neste contexto que a FNE assumiu um papel crucial na defesa dos direitos dos profissionais da educação na procura de soluções para os problemas. Através de uma intervenção sindical firme e responsável, a FNE conseguiu celebrar diversos acordos importantes, nos setores Privado e Social, através da celebração de Contratos Coletivos de Trabalho e no Setor Público com a obtenção do tão desejado acordo para a Recuperação do Tempo de Serviço dos Professores, considerado como um passo fundamental para a valorização da carreira docente.

Gostaria de aproveitar este momento para agradecer a todos os profissionais da educação pelo seu trabalho incansável. Aos Docentes pelo seu compromisso com a aprendizagem dos alunos; ao Pessoal de Apoio Educativo, pela sua dedicação ao bom funcionamento das escolas; aos dirigentes escolares, pela sua capacidade de gerir os desafios do dia-a-dia. Um agradecimento especial também aos alunos, que são o futuro do nosso país, e é também por eles que lutamos por uma educação de qualidade para todos.

O ano letivo de 2023/2024 chega ao fim, mas a nossa luta por uma educação de qualidade continua. No próximo ano, a FNE continuará a apoiar os seus sindicatos na defesa dos direitos dos seus associados, a negociar melhores acordos para todos os setores da educação, a lutar por melhores condições de trabalho e por carreiras que valorizem financeira e socialmente os profissionais da educação.

Acreditamos que só investindo na educação e no trabalho digno é que podemos construir uma sociedade mais justa, mais próspera e com esperança num futuro melhor.

Saberemos dar o nosso contributo para haver + escola e + sucesso, mas com a convicção que tal objetivo só se atingirá se acompanhado de + investimento, + valorização e + juventude.

Foi muito bom poder contar, ao longo do último ano, com o vosso apoio, com as vossas sugestões, críticas, alertas.



PEDRO BARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



Consulta Nacional da FNE/AFIET a docentes: Burocracia e indisciplina são as maiores queixas

A FNE e a AFIET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho promoveram entre 14 e 28 de junho de 2024 uma Consulta Nacional online dirigida a todos os Educadores e Professores do Continente, Regiões Autónomas e Estrangeiro e que teve por objetivo conhecer a sua avaliação sobre a carreira docente e as condições de exercício profissional em Portugal, no termo do ano letivo que está a terminar.

Este questionário contou com uma amostra de 3.570 docentes que no ano letivo de 2023/2024 lecionaram nos níveis de ensino Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação Especial e Ensino Profissional, em Portugal Continental, Regiões Autónomas e Estrangeiro.

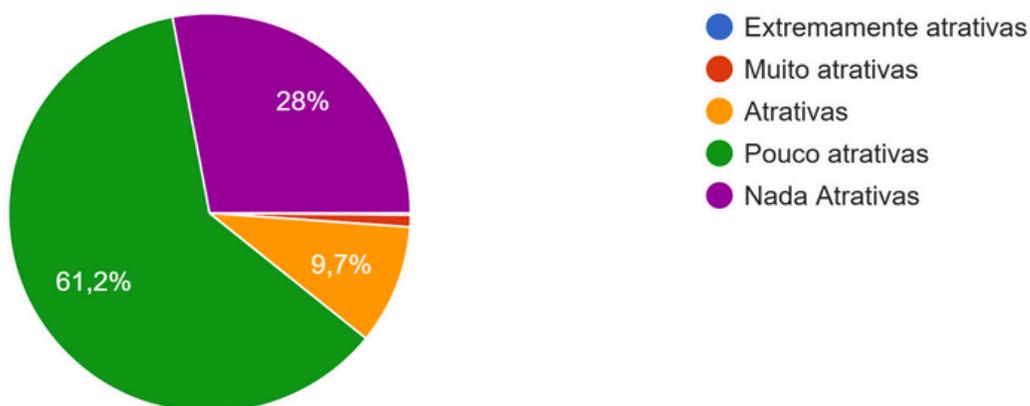
Na consulta deste ano repetiram-se algumas das questões que estiveram presentes nas consultas idênticas promovidas pela FNE e pela AFJET em 2021, 2022 e 2023, introduzindo novas questões nas dimensões que estiveram já em apreciação anteriormente e criando duas dimensões para análise: “As novas ferramentas digitais e o ensino” e “Indisciplina em contexto escolar”.

Em jeito de resumo sobre os principais resultados deste questionário, note-se que a maioria dos educadores e professores portugueses gostam da sua profissão, desejam continuar a trabalhar como docentes, por ser o que gostam de fazer, mas sentem que a sociedade não tem um reconhecimento positivo do seu trabalho, e consideram ainda que não têm uma remuneração que corresponda ao nível das qualificações e competências que lhes são exigidas.

Os participantes nesta consulta sentem-se maioritariamente realizados profissionalmente, no exercício das suas funções, embora afirmem que as suas perspectivas de desenvolvimento da carreira sejam pouco ou nada atrativas.

10. Como aprecia as suas perspetivas de carreira?

3 570 respostas

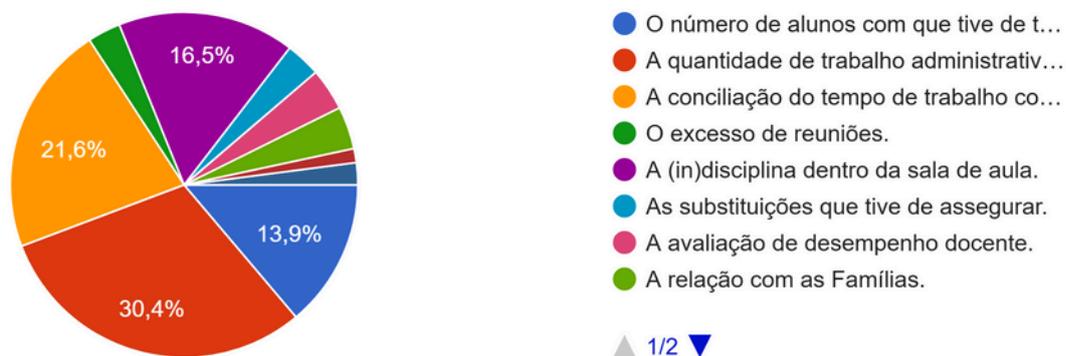


Tendo em conta aquelas conclusões, é incontornável que a esmagadora maioria dos inquiridos volte a afirmar este ano que não incentivaria um jovem a ser professor.

A excessiva quantidade de trabalho administrativo que é exigida aos nossos educadores e professores continua a ser o maior dos problemas que têm de enfrentar, a que se segue a conciliação da sua vida profissional com a vida familiar.

15. No ano letivo que agora está a terminar, qual foi o problema maior que enfrentou?

3 570 respostas



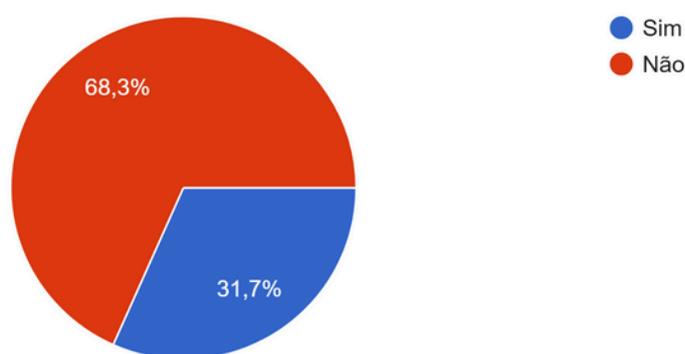
A indisciplina aparece nesta consulta com fortes sinais de preocupação, sendo elevado o número daqueles que registam o seu crescimento em relação ao ano anterior.

As novas ferramentas digitais são vistas como um recurso para o ensino, mas há preocupações com relação ao seu uso, quer em sala de aula, quer em recreios, sendo ainda majoritária a recusa na utilização de manuais digitais no processo de aprendizagem dos seus alunos.

Procurando informações sobre o estado da formação contínua disponibilizada, é muito elevado o número dos que não frequentaram qualquer ação de formação de capacitação digital.

32. No ano letivo que agora termina, frequentou alguma ação de formação de capacitação digital?

3 570 respostas



Questionados sobre o atual modelo de administração e gestão das escolas, é muito significativo o número dos que não concordam com o atual modelo de administração e gestão as escolas, mas um número muito elevado de participantes considera que a escola deveria ter mais autonomia ao nível da definição dos currículos, calendário e modelo de avaliação dos alunos.

Esta foi a sétima consulta anual que a FNE e a AFJET promoveram, desde 2021, tendo sido realizadas em cada ano duas, uma no mês de julho e outra no mês de outubro. Estas consultas seguiram-se a uma outra, com idênticas intenções, realizada em 2002, sob o lema "O Estado da Educação pela voz dos seus profissionais".

Consulte aqui os resultados completos desta Consulta Nacional da FNE e AFJET a docentes.



Reuniões Final de Ano 2023-2024

Luso - 12 e 13 julho 2024



FNE preparou próximo ano letivo no Luso

O Secretariado Nacional (SN) e o Conselho Geral (CG) da FNE reuniram no Luso, respetivamente a 12 e 13 julho de 2024, para análise da situação político-sindical e preparação de iniciativas futuras.

A apresentação dos resultados da “Consulta Nacional Educação Inclusiva – Docentes e Direções das Escolas” e da “Consulta Nacional sobre a carreira docente e as condições de exercício profissional 2023-2024”, promovidas pela FNE em parceria com a AFJET, foram o ponto de abertura da reunião do SN, com um debate em torno das conclusões alcançadas.

O SN aprovou por unanimidade duas resoluções: **“Profunda Satisfação pela Aprovação do Decreto-Lei de Recuperação do Tempo de Serviço dos Professores”** e **“Congratulação pela prorrogação dos contratos dos técnicos superiores especializados e reivindicação de medidas urgentes”** (Pessoal de Apoio Educativo/Não Docente).



Na Resolução relativa aos docentes, a FNE manifesta a sua profunda satisfação pela aprovação, em Conselho de Ministros, do Decreto-Lei que consagra a recuperação do tempo de serviço dos professores, dando sequência ao acordo celebrado no dia 21 de maio de 2024, entre a FNE e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).



Na resolução relativa ao Pessoal de Apoio Educativo, a FNE congratula-se com a decisão do MECI de prorrogar os contratos dos técnicos superiores especializados, o que vem ao encontro de uma reivindicação antiga da Federação e dos próprios técnicos especializados. Esta medida permitirá ajudar a garantir a estabilidade do ensino público e o normal funcionamento das escolas no próximo ano letivo.





Conselho Geral aponta baterias ao futuro

Na manhã de 13 de julho, no Luso, o CG da FNE ficou também a conhecer os resultados das duas Consultas Nacionais da FNE/AFIET do corrente ano, abrindo-se depois o espaço para debate sobre a preparação do próximo ano escolar, em termos de ação sindical da FNE.

O Secretário-Geral, Pedro Barreiros, fez junto do CG da Federação a análise do seu primeiro ano de mandato como líder da FNE, num ano marcado pelo recente e histórico acordo com a tutela sobre a recuperação do tempo de serviço, apontando de seguida as baterias às iniciativas futuras que o próximo ano letivo já espera.



Conferência de Organização promoveu debate coletivo

Com o objetivo de reforçar o papel reivindicativo da FNE, foi promovido um debate com a participação e o envolvimento dos dirigentes, para aperfeiçoar a ação sindical da Federação e alcançar os objetivos definidos para os três anos restantes do mandato 2024 - 2027. O debate aconteceu na tarde de 13 de julho, sob a forma de uma conferência de organização.

A sessão de abertura ficou a cargo de Gabriel Constantino (Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE) e João Dias da Silva (Presidente da AFJET). No período dedicado ao “Balanço do 1º ano de mandato” intervieram os Vice-Secretários-Gerais da FNE António Jorge Pinto, Manuel Teodósio, José Cordeiro e Josefa Lopes.



No tempo previsto para os “Planos de Intervenção Futura”, as intervenções couberam aos Secretários-Gerais Adjuntos José Ricardo Coelho, José Luís Abrantes, Paulo Fernandes e Cristina Ferreira. Estes dois momentos da conferência foram muito ricos em debate com os participantes.

Através da análise conjunta da trajetória da Federação no último ano, a FNE deve ser capaz de identificar as oportunidades para se tornar uma organização ainda mais dinâ-

mica, ativa e eficaz na defesa dos interesses dos seus associados e dos trabalhadores que representa.

Todos juntos, reconhecendo proativamente os desafios para desenvolver soluções inovadoras e colaborativas para os superar. A FNE acredita que a união e a colaboração entre todos, com o reconhecimento da importância da contribuição individual e coletiva, são pilares fundamentais para o fortalecimento da Federação.





FNE alertou que avanços nos concursos ainda não correspondem às necessidades das escolas

Ainda no Luso, no seguimento das reuniões de fim de ano letivo do Secretariado Nacional e do Conselho Geral, a FNE assinalou positivamente, através de um comunicado, a vinculação de 6612 docentes, número que, somado aos quase 8 mil que ingressaram em 2023, permite registar que, no período de um ano, vinculassem quase 15 mil docentes.

Segundo a FNE "sendo números muito significativos, que não deixam de refletir a dimensão excessiva da precariedade existente na profissão, ainda assim estão muito aquém das reais necessidades das Escolas".

A FNE constata também na nota "que houve uma grande mobilidade de docentes uma vez que cerca de 35 mil conseguiram mudar de escola. Esta mobilidade, que certamente vem ao encontro do desejo de muitos docentes de trabalhar numa escola mais próxima da sua área de residência, ou na escola com a qual mais se identificam em termos de projeto educativo, não deixará de representar mais um desafio para as escolas e para os seus profissionais.

De assinalar que os sindicatos da FNE estão a acompanhar algumas situações menos claras que resultaram da publicação das listas definitivas de ordenação, de exclusão, de colocação e de não colocação dos Concursos Interno e Externo 2024/2025, casos que irão merecer a intervenção da FNE junto da DGAE/MECI".

A terminar o comunicado, a FNE refere que "apesar do elevado número de vinculações no período de um ano, a FNE considera que, ainda assim, está muito longe de corresponder às necessidades das escolas. Uma Escola de qualidade não é compaginável nem com a falta de docentes, nem com o recurso sistemático a candidatos sem as devidas habilitações profissionais".





**GALERIA
DE FOTOS**



**SECRETARIADO
NACIONAL**



**CONSELHO
GERAL**



**CONFERÊNCIA DE
ORGANIZAÇÃO**



Reunião com MECI - "Plano não resolve o problema da falta de professores"

À saída da reunião com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) sobre as medidas do Plano +Aulas +Sucesso, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, mostrou-se descontente com o encontro, começando por dizer que não houve tempo para debater todas as medidas do plano: "Uma hora é pouquíssimo tempo para debater a proposta".

Sobre o projeto "+ Aulas + Sucesso", Pedro Barreiros defendeu que faltava acrescentar "+ investimento, + valorização e + juventude".

"O recurso a professores aposentados e em fim de carreira não deverá ser a principal ou única resposta para a falta de professores", disse o representante da federação, defendendo que os profissionais mais velhos deveriam ser um "recurso mais pontual, quando todos os outros mecanismos estão esgotados".

"Será ilusório imaginar que todas estas medidas irão resolver a falta de professores neste ou no próximo ano letivo. O número de professores que se aposentam anualmente e o número dos que se formam anualmente não dá resposta às nossas necessidades", alertou Pedro Barreiros, lembrando que seria preciso ter três ou quatro mil novos professores a sair das universidades todos os anos.

Das quatro propostas que a FNE conseguiu abordar com a equipa ministerial, Pedro Barreiros diz que a federação "nunca concordará" com o aumento das atuais cinco para dez horas extraordinárias, tendo ficado no ar a hipótese de se vir a aumentar apenas para seis horas semanais.

A proposta prevê a distribuição de serviço docente extraordinário, até ao limite de dez horas semanais, em grupos de recrutamento deficitários ou em escolas carenciadas.

(LUSA/FNE)





Reunião FNE/MECI: “Proposta da tutela não nos satisfaz por completo”

A segunda ronda de negociações relativas ao Plano +Aulas +Sucesso aconteceu a fechar o mês de julho e Pedro Barreiros, à saída do encontro, considerou ser necessário melhorar a nova proposta do Ministério da Educação para reduzir o número de alunos sem aulas por falta de professores, caso contrário os problemas irão persistir: “Não nos satisfaz ainda por completo em cada um dos oito pontos identificados, porque estas medidas de urgência e emergência devem ser acompanhadas por outras que nos façam prever que daqui a quatro ou cinco anos não teremos de recorrer a outras medidas de emergência”, defendeu o Secretário-Geral da FNE, que acrescentou ainda serem necessárias medidas que tornem a carreira docente mais atrativa.

A FNE apontou alguns problemas no plano do Governo, como a possibilidade de os professores trabalharem mais horas extraordinárias, passando das atuais cinco horas semanais para dez por semana: “Um professor com uma carga semanal de uma hora poderia significar ter mais dez turmas, ou seja, mais 250 alunos e isso não faz sentido nenhum, porque é uma sobrecarga de trabalho que não se entende”, disse Pedro Barreiros, sublinhando que esta é uma medida que depende sempre da aceitação dos docentes.

Para a FNE esta proposta só poderá ser aceite caso a tutela garanta que os professores “não passam a ter mais de dez turmas”, ou seja, acrescentando uma nova alínea que defina qual o número máximo de turmas ou horas que poderão ser aceites pelos professores: “Mais turmas e mais alunos significa também menos tempos para cada um deles”, alertou Pedro Barreiros, defendendo que é preciso retirar tarefas administrativas e burocráticas para que os docentes possam dedicar-se mais aos alunos e “menos aos papéis”.

Outra das críticas deixadas pela FNE dizem respeito à possibilidade das escolas contratarem docentes que não são da disciplina que os alunos precisam.

Apesar das críticas, a FNE diz não querer pedir uma reunião suplementar para não inviabilizar a aplicação de algumas das medidas que serão aplicadas já no próximo ano letivo. Em alternativa e como ficou acertado com a tutela, a FNE ficou de enviar até 3 de agosto algumas propostas de melhoria e desta forma tentar “contribuir para que a dimensão de alunos sem aulas possa ser menor do que a que houve até agora”.

Um dos objetivos do plano apresentado Ministério é chegar a dezembro com uma diminuição em 90% do número de alunos sem aulas por falta de professores, comparando com os valores registados no ano passado.

Concursos também estiveram em cima da mesa

Durante a reunião de 31 de julho, Sindicatos e Ministério discutiram também as “falhas e erros” encontrados no atual concurso de professores, tendo a FNE criticado ainda o facto de haver professores que só em agosto irão saber em que escola vão dar aulas.

Pedro Barreiros revelou que o Ministro prometeu ir trabalhar para que os concursos de colocação de professores passem a estar concluídos muito mais cedo, para “no final do mês de maio, saibam em que escolas vão poder trabalhar”, algo que a FNE defende desde há muito.



FNE lançou apelo urgente ao MECI sobre docentes impedidos de trabalhar

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) recebeu na manhã de 26 de julho de 2024 um apelo urgente da FNE com o alerta para o facto de os cálculos realizados indicarem que aproximadamente 160 professores, todos enquadrados na norma travão, não conseguiram obter colocação, mesmo tendo concorrido a todas as vagas disponíveis nos 63 Quadros de Zona Pedagógica e a um número significativo de escolas.

Para a FNE "isto significa que, apesar de terem a experiência e a qualificação necessárias, estes docentes ficarão sem lecionar no próximo ano letivo. Num momento em que as escolas sentem uma grande falta de professores, é incompreensível que estes profissionais experientes fiquem de fora", afirmava em comunicado a federação.

A FNE propôs então à tutela que seja criado um mecanismo excecional, dentro do enquadramento legal em vigor, que permita a estes docentes permanecerem na Reserva de Recrutamento e serem colocados numa fase posterior (apenas possa ocorrer após a RR2 ou a Reserva que não retroaja o contrato ao dia 1 de setembro de 2024), ou que se vinculem estes docentes a um QZP.

"Desta forma, seria evitada uma situação injusta e seria garantido que as nossas escolas pudessem beneficiar das competências destes professores", sublinhavam a fechar o documento enviado à tutela.

FNE denunciou falhas graves nos concursos de professores

Pedro Barreiros, respondeu a algumas questões dos jornalistas presentes no Ministério da Educação aquando da reunião para o Ensino Superior na procura de uma reação relativamente às falhas no processo dos concursos de colocações de professores:

"Se estivemos 20 anos para resolver o problema da recuperação do tempo de serviço dos professores é preciso que se demore muito menos tempo para resolver o problema dos concursos", afirmou Pedro Barreiros que acrescentou ainda que "as colocações devem acontecer até final do mês de maio para que os professores - e que muitos também são pais - preparem tudo na sua vida.

O respeito não são só questões salariais, também são estes aspetos (..) Já antecipamos que vamos ter falta de recursos humanos no início do próximo ano letivo ao nível de docentes e pessoal de apoio educativo. E mais, sabemos que esse problema vai piorando na medida em que se reformam cerca de 5 mil professores por ano e formam-se pouco mais de 1200 novos docentes ao ano. E vamos continuar a ter falta no futuro. Vamos ter entretanto amanhã (25 de julho de 2024) uma reunião com o MECI sobre o Plano +aulas + sucesso e que nós queremos que seja um plano +valorização +investimento +juventude".





Pedro Barreiros à TSF: "Os professores devem conhecer as colocações com maior antecedência"

Pedro Barreiros, SG da FNE, participou na manhã de 4 de julho de 2024 no "Fórum TSF" e abordou temas ligados à preparação do novo ano letivo tais como a colocação de professores, os problemas no portal das matrículas e as questões ligadas ao Pessoal de Apoio Educativo/Não Docente.

- Atraso na divulgação das colocações de professores

"Lembro que já ao anterior governo, a FNE enviou um ofício no início do ano letivo 23/24 em que exigia a colocação dos professores até final de maio. (..) Os professores têm o direito de saber com a devida antecedência em que escola vão trabalhar no ano seguinte até porque também têm família e precisam resolver questões da vida de cada um".

- Problemas com plataformas eletrônicas nas escolas

"O programa "+escola +sucesso" apresentado pelo governo tem de ser complementado pela leitura que fazemos de exigência e necessidade de existir "- sistema - burocracia - desperdício e - plataformas". Porque diariamente as escolas e professores são obrigadas a lidar com dezenas de plataformas sobre as quais questionamos a sua utilidade. Muitas delas têm de ser reduzidas, eliminadas ou simplificadas".

- Sobre o Pessoal de apoio educativo/ND:

"E além de todos estes problemas com colocações e matrículas é importante que o Ministério da Educação olhe para estes trabalhadores e elimine de uma vez por todas as questões relacionadas com a precariedade, com mobilidade, com o rácio de trabalhadores necessários em cada escola, a formação específica. Nas reuniões com o Ministério em maio e na semana passada sentimos disponibilidade para resolver os problemas, mas é preciso concretizar, porque estes trabalhadores, tal como os docentes, precisam saber no dia 1 de setembro em que escola vão estar a trabalhar".

O PROGRAMA "+ ESCOLA + SUCESSO" APRESENTADO PELO GOVERNO TEM DE SER COMPLEMENTADO PELA LEITURA QUE FAZEMOS (FNE) DE EXIGÊNCIA E NECESSIDADE DE EXISTIR « - SISTEMA - BUROCRACIA - DESPERDÍCIO E - PLATAFORMAS». PORQUE DIARIAMENTE AS ESCOLAS E PROFESSORES SÃO OBRIGADAS A LIDAR COM DEZENAS DE PLATAFORMAS AS

FÓRUM TSF - 04 JULHO 2024

PEDRO BARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL

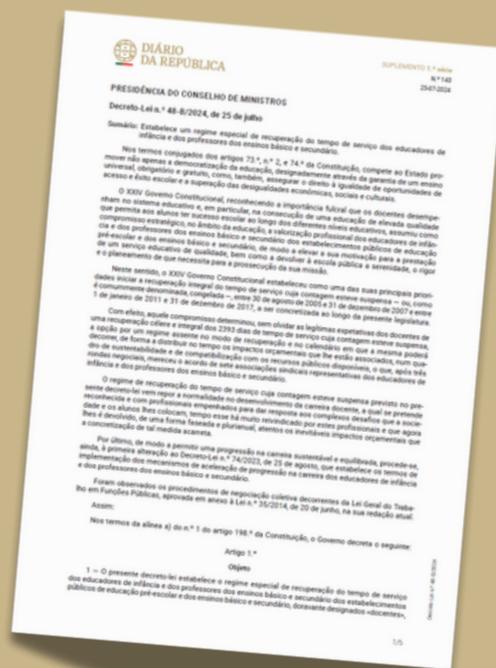
fne



Presidente da República promulgou diploma de recuperação do tempo de serviço docente

23 de julho de 2024 fica assinalado como o dia em que o Presidente da República promulgou o diploma que estabelece o regime de recuperação do tempo de serviço congelado aos professores, anunciou a Presidência da República.

"O Presidente da República promulgou o diploma que estabelece um regime especial de recuperação do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário", anuncia o sítio oficial da Presidência da República Portuguesa.



Publicado o Decreto-Lei sobre a Recuperação do Tempo de Serviço

E dois dias depois, a 25 de julho foi finalmente publicado o Decreto-Lei n.º 48-B/2024 que estabelece um regime especial de recuperação do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

Na sequência do acordo histórico, firmado entre a FNE e o MECI a 21 de maio de 2024, foi então publicado, em Diário da República, o Decreto-Lei que regula os termos acordados.

Consulte aqui: [O líder da FNE sublinhou ainda que "este DL é a concretização de um trabalho dos últimos meses e que estamos em crer vai trazer esperança](#)





CONSELHO DE MINISTROS

TEMPO DE SERVIÇO DOS PROFESSORES APROVADO

3
às 15

OUL.11 | 15:13

EURO2024 RE A DIRIGIR UMA FINAL

EURO 2024. INGLATERRA VENCE 2-1 E ELIJA

Pedro Barreiros: "Este DL - esperança num futuro melhor"

O Conselho de Ministros aprovou a 11 de julho o decreto-lei (DL) que definia os termos da recuperação do tempo de serviço dos professores.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE deixou uma palavra de satisfação e saudação pela publicação deste diploma: "Com este diploma e com esta recuperação dos praticamente sete anos que estavam congelados e faltavam recuperar, é possível os professores chegarem ao topo de carreira. E por isso é um momento histórico".

O líder da FNE sublinhou ainda que "este DL é a concretização de um trabalho dos últimos meses e que estamos em crer vai trazer esperança num futuro melhor e numa maior atratividade da carreira.

Com este acordo, os professores que recuperam o tempo de serviço congelado, não veem constrangimentos no acesso ao 5º e 7º escalões através das quotas e das vagas que estavam previstas".

A tutela considerou também que "esta decisão resultou de um acordo histórico. A publicação deste Decreto-Lei concretiza uma recuperação histórica e um acordo histórico do tempo de serviço dos professores, cuja contagem se encontrou suspensa", anunciou António Leitão Amaro, Ministro da Presidência em conferência de imprensa no final da reunião do Conselho de Ministros.

O diploma prevê a recuperação do tempo de serviço congelado durante a intervenção da 'troika' – seis anos, seis meses e 23 dias – a uma média anual de 25% entre 2024 e 2027.

A contabilização do tempo de serviço, há muito reivindicada pelos professores, arranca a partir de 1 de setembro. Nos anos seguintes, terá efeitos à data de 1 de julho.

"Com este diploma, a nossa previsão, e tudo estamos a fazer, é que os professores possam sentir no seu bolso no início do ano letivo o significado material desta recuperação histórica", antecipou António Leitão Amaro.

A recuperação do tempo de serviço terá um impacto orçamental de cerca de 400 milhões de euros brutos, cerca de 300 milhões de euros líquidos.

Na sequência desta medida, o MECI estima que o número de professores no último escalão da carreira docente triplique até 2027, ano em que o processo ficará concluído.

Nessa altura, deverão estar no 10.º escalão 34.145 professores, quase três vezes mais face aos 13.469 aí colocados atualmente.

No final do processo de recuperação do tempo de serviço, cerca de 71,5% dos atuais 101.277 docentes de carreira estarão nos últimos três escalões. Atualmente, são menos um terço.

Logo após a primeira fase, em setembro de 2024, quando os docentes vão ver recuperados 25% do tempo de serviço, estarão no último escalão mais 2.797 professores. No ano seguinte serão mais 5.945 e mais 7.013 entre 2025 e 2026.

FNE/LUSA





Acordo FSUGT/FNE e UMP permite carreira única para educadores e professores e valorização das carreiras gerais

A Frente Sindical da UGT (FSUGT) - na qual a FNE está integrada - terminou a 18 de julho de 2024 um complexo processo negocial que se iniciou em novembro de 2023 com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

A reunião entre FSUGT e UMP finalizou com resultados positivos atendendo as aproximações reais que a UMP fez às propostas da FNE e da restante FSUGT apresentadas em novembro de 2023 e abril de 2024, nomeadamente em relação aos salários dos trabalhadores das carreiras gerais, em que foi obtido um acordo na base de 9,5% de aumento face à tabela de 2023 e no caso do pessoal docente com o crescimento de salários a rondar os 4%.

A FNE e a FSUGT sublinharam em comunicado que no que diz respeito aos docentes foi alcançado pela primeira vez com a UMP, em resposta a uma proposta realizada pela FNE, uma vitória de consagração de uma carreira única para os educadores de infância e para os professores do ensino básico e secundário. É a primeira vez que num contrato coletivo de trabalho se consegue que educadores e professores tenham a mesma tabela/carreira para se regularem. Desta forma dá-se a eliminação de duas tabelas dos docentes: a dos docentes com habilitação profissional com bacharelato e a tabela dos docentes não profissionalizados.

“A finalização deste processo vai certamente promover uma maior valorização e cada vez mais progressiva dos salários dos trabalhadores assim como ao nível das cláusulas do contrato coletivo de trabalho no sentido de serem melhoradas as condições de todos os trabalhadores deste setor”, afirmaram FNE/FSUGT.

A FNE e a FSUGT garantiram ainda a promoção de uma luta pela negociação de um contrato coletivo de trabalho para todo o setor da economia social. “Este é um objetivo que a FNE/FSUGT tem e que a curto/médio prazo vai trabalhar em prol de um acordo com estas características”, sublinharam.



Contrato coletivo entre CNEF e FNE publicado no BTE n.º 25

Na sequência do acordo celebrado, foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) n.º 25, de dia 8 de julho de 2024, o Contrato coletivo entre a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e a Federação Nacional da Educação (FNE) e outros - Deliberação da comissão paritária.

Este contrato vem proceder à alteração do BTE n.º 45, de 8 de dezembro de 2023, deliberando, ao abrigo das alíneas a) e d) do número 1 do artigo 65.º do CCT, interpretar e esclarecer as dúvidas emergentes da aplicação do número 4 do artigo 72.º do CCT.

Com esta convenção, a CNEF e a FNE pretendem responder à questão: “Os trabalhadores docentes a quem, desde data anterior a 1 de setembro de 2022, era dado subsídio de refeição no valor de 4,85 € deixam de ter direito ao benefício de 4 % previsto no número 1 do artigo 72.º?”.

Consulte [aqui](#) o BTE n.º 45, de 8 de dezembro de 2023



Aproximação do MECI às propostas da FNE sobre Estatuto da Carreira do Ensino e Investigação Científica

FNE e MECI reuniram para nova ronda de negociação sobre a revisão do Estatuto da Carreira do Ensino e Investigação Científica.

A FNE, na sequência da reunião realizada a 18 de junho de 2024 e depois de feita uma análise detalhada da Proposta de Lei MECI baseada na PL 305/XXIII/2023, aprovada em RCM de 25 de março de 2024 pelo anterior Governo, fez chegar ao MECI as sugestões de alteração que considera fundamentais para a melhoria e equidade do diploma.

A saída da reunião, o Secretário-Geral Adjunto da FNE, José Luís Abrantes, saudou a “aproximação da proposta do Governo às preocupações da FNE”, mas disse estar preocupado com alguns pontos, como o facto de poderem existir “ultrapassagens de investigadores que estão no estrangeiro que podem concorrer como investigadores principais”.

“A lei deve ser mudada impedindo que quem sempre esteja em Portugal possa ser ultrapassado por investigadores que não fizeram provas de agregação”, alertou.





ensino português estrangeiro

Fim do ano letivo do EPE marcado pelo "caos"

O Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL) considerou, através de um comunicado enviado às redações, que o fim do ano letivo do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) fica marcado por um clima "de caos e preocupações", sem resposta da tutela.

A secretária-geral do SPCL, Teresa Soares, denunciou ainda em declarações à LUSA, várias situações precárias: "Na Suíça destaca-se o despedimento de três professoras, proposto pela coordenadora de ensino e aprovado pelo Instituto Camões, por terem estado 60 dias com atestado médico", docentes que, segundo o SPCL, irão para o desemprego pois "não têm escola em Portugal", detalha.

O mesmo sucedeu também a quatro outros docentes na Suíça, despedidos no passado ano letivo "por alegado fraco desempenho".

Para o SPCL parece "haver uma tentativa de disfarçar a brutal redução do número de alunos na Suíça", redução que desde 2013 ultrapassou os dois mil.

Por outro lado, em França, alerta-se no comunicado, foram detectados docentes a lecionar seis dias por semana, procedimento apresentado como "normal" apesar de "constituir transgressão ao predisposto no Estatuto da Carreira Docente e no Regime Jurídico do EPE".

Para o SPCL, é igualmente preocupante a modificação no respeitante à proteção na doença dos docentes.

Anteriormente, este era um sistema coletivo, "em que os citados preenchiam um impresso vindo do Instituto Camões(IC), que o veiculava à Segurança Social, sendo seguidamente enviado aos professores para entrega junto às caixas médicas dos países de acolhimento".

Agora, critica-se na mesma nota, o sistema passou a ser individual, "recaindo toda a responsabilidade sobre os docentes", o que se tem apresentado como um problema.

Por último, o SPCL denuncia que não existem progressos face às reivindicações, situação agravada com a imposição da propina aos alunos portugueses.

"Este quadro, nada positivo, e que nada de bom promete para o futuro, é ainda agravado por um mutismo total por parte do IC e da SECP [Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas], que recusam resposta a problemas dos professores, com vencimentos que datam de 2009 isentos de qualquer aumento", afirma o sindicato.

(LUSA/FNE)

A declaração de Aveiro de 2023 do Pessoal de Apoio Educativo / Trabalhadores Não Docentes

A segunda Conferencia Mundial da Internacional da Educação para o Pessoal de Apoio Educativo que teve lugar no passado ano de 2023 em Aveiro, lançou uma apelo aos governos, que a seguir parcialmente se transcreve:

1. Aumentarem urgentemente o investimento em educação pública em conformidade com as metas internacionais e a Chamada para Ação sobre o Financiamento da Cimeira Transformar a Educação;
2. Investirem para ter o número suficiente de funcionários(as) de apoio educativo formados(as) e qualificados(as) e com condições de trabalho dignas e percursos de carreira de qualidade;
3. Oferecerem ao pessoal de apoio educativo formações de qualidade e oportunidades de desenvolvimento profissional gratuitas, de acordo com suas necessidades;
4. Melhorarem a atratividade de uma carreira como funcionário(a) de apoio educativo;
5. Tomarem medidas concretas para melhorar o estatuto do pessoal de apoio educativo;
6. Garantirem a equidade salarial;
7. Frearem ou reverterem a privatização da educação e a terceirização das funções do pessoal de apoio educativo a contratantes;

8. Garantirem que o pessoal de apoio educativo tenha contratos de trabalho seguros e que faça parte da comunidade educativa;

9. Colaborarem com o pessoal de apoio educativo e seus sindicatos para definir como as tecnologias da informação podem apoiar seu trabalho, e oferecer formações de alta qualidade para poder usá-las de forma efetiva;

10. Respeitarem os direitos sindicais, incluindo o direito de organização e de negociação coletiva, e participarem em um diálogo social significativo com as organizações que representam o pessoal de apoio educativo.

A Internacional da Educação também incentivou os sindicatos da educação a:

1. Fortalecerem os sindicatos para defender os direitos e o estatuto do pessoal de apoio educativo mediante atividades de renovação sindical.
2. Incentivarem o pessoal de apoio educativo e os representantes de professores(as) a se apoiarem mutuamente e trabalharem de forma conjunta para defender os direitos e valores comuns.

Ao analisarmos os objectivos que os STAAE's e a FNE definiram como prioritários para a luta /actividade sindical em curso com o MCI e a Secretaria de Estado da Administração Pública, constatamos as nossas prioridades sindicais, se enquadram no apelo e incentivos que a Internacional da Educação aprovou na declaração de Aveiro, como podemos verificar na campanha FNE sobre a valorização do pessoal de apoio educativo:

Recrutamento:

Adoção de medidas concretas de valorização, as quais se devem traduzir no recurso a elevados padrões de exigência na formação inicial.

Mobilidade:

Adotar mecanismos de compensação financeira para quem, de forma voluntária, pedir a mobilidade para zonas onde haja necessidade. Simplificar a burocracia inerente a este processo.

Estatuto:

Definir o estatuto profissional através da criação de carreiras específicas, com os respetivos conteúdos funcionais, perfis de competência e referenciais de formação.

Carreira:

Aposta forte na valorização das carreiras. Determinação de mapas de pessoal nos A.E;

Formação:

Identificação das necessidades formativas e promoção da oferta formativa e o seu ajustamento aos diversos contextos, em horário laboral.

Saúde:

Revisão do elenco de doenças profissionais específicas dos Trabalhadores da Educação. Eliminar todas as situações em que persista a utilização de amianto nos edifícios escolares.

Avaliação de desempenho:

Criação de um Observatório de Avaliação do Desempenho.
Abolição do sistema de quotas.

Qualidade:

Não haverá sistema educativo de qualidade se não se apostar no reconhecimento e na valorização de todos os seus profissionais.

Estamos no bom caminho, com o plano estabelecido para a nossa luta sindical na defesa do Pessoal do Apoio Educativo/não docente, assim os STAAE's o queiram e acreditem no mandato que os trabalhadores não docentes nossos associados nos conferiram.

Um as boas férias, e venham com energias para alcançarmos estes objectivo.

***João Ramalho
Presidente do STAAE-ZC***



Secretariado Nacional aprovou Resolução sobre PAE/ND

Depois do envio a 8 de julho de 2024 de um ofício ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) em que a FNE reiterava sua disponibilidade para dialogar com o MECI de modo encontrar soluções e respostas negociadas para os problemas enfrentados pelo Pessoal de Apoio Educativo, a tutela avançou com o anúncio da prorrogação dos contratos dos técnicos superiores especializados.

Por via disso, na reunião do Secretariado Nacional da FNE, realizado no Luso em 12 de julho de 2024, foi então aprovada uma Resolução de "Congratulação pela prorrogação dos contratos dos técnicos superiores especializados e reivindicação de medidas urgentes".

Apesar de a FNE congratular a decisão do MECI, que "vem ao encontro de uma reivindicação antiga da Federação e dos próprios técnicos especializados. Esta medida permitirá ajudar a garantir a estabilidade do ensino público e o normal funcionamento das escolas no próximo ano letivo", a FNE deixou o alerta de que "esta prorrogação seja acompanhada de uma avaliação criteriosa das necessidades permanentes ou temporárias de técnicos superiores especializados em cada estabelecimento de ensino. É fundamental que se defina, com urgência, o quadro normativo que regule a situação destes profissionais, incluindo a sua vinculação", pode ler-se no documento.

O Secretariado Nacional da FNE deixou ainda uma nota de agradecimento a todo o Pessoal de Apoio Educativo pelo empenho e dedicação que permitem garantir uma Educação de qualidade para todos.





FNE solicitou clarificação ao MECI sobre nota informativa relativa à manutenção dos Técnicos (TEOF)

A Federação Nacional da Educação (FNE) avançou com o envio de um ofício ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) com um pedido de clarificação da Nota Informativa de 15 de julho de 2024 enviada às Direções dos Agrupamentos de Escolas e EnA.

A FNE solicitou este esclarecimento sobre a recente nota informativa relativa à manutenção dos Técnicos (TEOF) por considerar que esta apresenta algumas lacunas que impedem a sua completa compreensão e aplicação harmoniosa nos seguintes pontos:

1. Destinatários da Manutenção:

A nota refere a manutenção dos TEOF, mas não especifica claramente o público-alvo desta medida. Deste modo, gostaríamos de saber se a mesma se aplica aos:

- Técnicos ao abrigo de programas específicos: POCH/Pessoas 2030; PNPSE;
- Técnicos do Ministério da Educação em geral: independentemente de estarem ou não integrados em programas específicos.

2. Elegibilidade de Horários:

A nota não informa se todos os horários de trabalho são elegíveis para a manutenção dos TEOF. Solicitamos, por favor, a confirmação se tanto os horários parciais (18h) como os completos (35h) são abrangidos por esta medida.

3. Procedimentos e Prazos:

Para concretizar a manutenção dos TEOF, é fundamental que sejam disponibilizados os procedimentos a serem efetuados, bem como os prazos para tal. A FNE solicitou a colaboração da tutela na divulgação desta informação crucial.

Comissão Europeia reforça laços no Espaço Europeu do Ensino Superior

Representantes do ensino superior de 47 países europeus e a Comissão Europeia reafirmaram recentemente o seu empenhamento num ensino superior mais interligado, inclusivo e competitivo.

O Comunicado adotado em Tirana, Albânia, em 30 de maio de 2024, na Conferência Ministerial do Espaço Europeu do Ensino Superior, propõe igualmente as próximas etapas para promover a cooperação no âmbito do Espaço Europeu do Ensino Superior ("Processo de Bolonha") em 2025-2027.

O "Comunicado de Tirana" faz o balanço da cooperação até à data e sublinha que é necessário fazer mais para facilitar a cooperação no domínio do ensino superior e promover a mobilidade dos estudantes.

O Comunicado reconhece que as iniciativas da União Europeia (UE) podem estar no centro dos progressos previstos. Em particular, as quatro seguintes:

- As alianças entre universidades europeias aprofundam a cooperação institucional;
- O diploma europeu facilitaria a realização de programas de estudos conjuntos;
- A iniciativa relativa ao cartão europeu de estudante garante um intercâmbio eletrónico de dados seguro e sem discontinuidades;
- A Recomendação do Conselho "A Europa em Movimento" estabelece um novo objetivo de mobilidade no ensino superior.



A Comissão Europeia assegurou deste modo a garantia de várias sinergias, de modo que estas iniciativas emblemáticas da UE reforcem também o Processo de Bolonha. Tal resultou na salvaguarda dos valores fundamentais no ensino superior.

A educação é uma parte essencial das nossas sociedades democráticas, e o bom funcionamento do Espaço Europeu do Ensino Superior depende da proteção e promoção dos valores fundamentais. Na reunião, os representantes adotaram um quadro comum que consiste numa compreensão partilhada e num acompanhamento contínuo dos valores fundamentais:

- liberdade académica;
- integridade académica;
- autonomia institucional;
- a participação dos estudantes e do pessoal na governação do ensino superior;
- responsabilidade pública pelo e do ensino superior.

Antes da Conferência Ministerial de Tirana, a Comissão Europeia publicou a última edição do “Relatório de Implementação do Processo de Bolonha”. Este relatório apresenta uma panorâmica da situação da aplicação dos compromissos políticos no domínio do ensino superior em cada país.

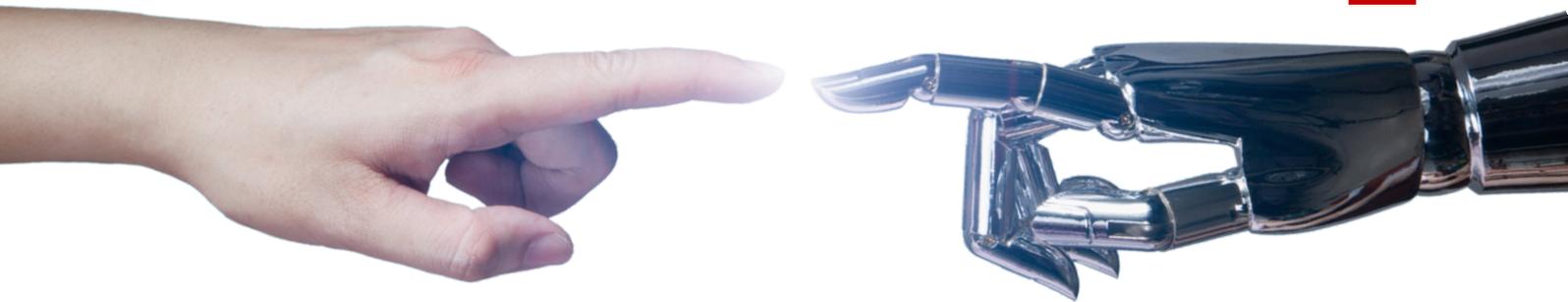
Os trabalhos relativos ao Espaço Europeu do Ensino Superior fazem parte do Processo de Bolonha, que é um processo intergovernamental no domínio do ensino superior.

A Conferência de Tirana constituirá um novo marco no esforço e no empenhamento conjunto europeu em criar um espaço de ensino superior inclusivo, inovador e interligado em toda a Europa.

À medida que nos aproximamos de 2030, a participação e os conhecimentos serão cruciais no caminho para a concretização da visão de um Espaço Europeu do Ensino Superior dinâmico e reativo.

“Tirana Communiqué”: 2024 Tirana Communiqué - EHEA 2024 Tirane





Como a digitalização impacta na saúde e segurança no trabalho

A digitalização está a mudar rapidamente o mundo do trabalho e requer a criação de soluções novas e atualizadas no domínio da saúde e segurança no trabalho.

O programa de investigação da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA) pretende fornecer aos responsáveis políticos, investigadores e aos locais de trabalho informações fidedignas sobre os potenciais impactos na SST, para que possam tomar medidas atempadas e efetivas para assegurar a saúde e a segurança dos trabalhadores.

O surgimento de tecnologias, tais como a inteligência artificial (IA), megadados, robótica colaborativa, a internet das coisas, algoritmos, plataformas de trabalho digital e, ao mesmo tempo, um aumento importante na população que trabalha remotamente, traz oportunidades para os trabalhadores e empregadores, mas também novos desafios e riscos ao nível da SST.

Resolver os desafios e os riscos, e maximizar as oportunidades depende da forma como as tecnologias são aplicadas, geridas e reguladas no contexto de tendências sociais, políticas e económicas.

Com base no seu estudo prospetivo sobre a digitalização e a SST, a EU-OSHA está a desenvolver um projeto de investigação sobre a «visão geral da SST» (2020-2023) com o objetivo de fornecer informações aprofundadas para a criação de políticas, medidas de prevenção e práticas relativas aos desafios e às oportunidades da digitalização no contexto da SST.

Incide nas seguintes áreas:

- **Robótica avançada e inteligência artificial**
- **Gestão de trabalhadores através da inteligência artificial**
- **Trabalho em plataformas digitais**
- **Sistemas digitais inteligentes**
- **Trabalho à distância**

A Campanha «Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis» da EU-OSHA trabalhar com segurança e saúde na era digital, que se realizará entre 2023 e 2025, sensibiliza para a digitalização e a SST, fornecendo mais recursos práticos.

+ vantagens



www.fne.pt

Há +vantagens em ser associado(a)
dos sindicatos da FNE

[Consultar protocolos](#)





WWW.FNE.PT

RECUPERAÇÃO TOTAL DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO

FINALMENTE, CONSEGUIMOS!

PELOS PROFESSORES. COM OS PROFESSORES!

COM RESPONSABILIDADE E VERDADE!

ESPERANÇA num futuro melhor.

FICHA TÉCNICA | JULHO 2024

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- STAEZN - Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO

